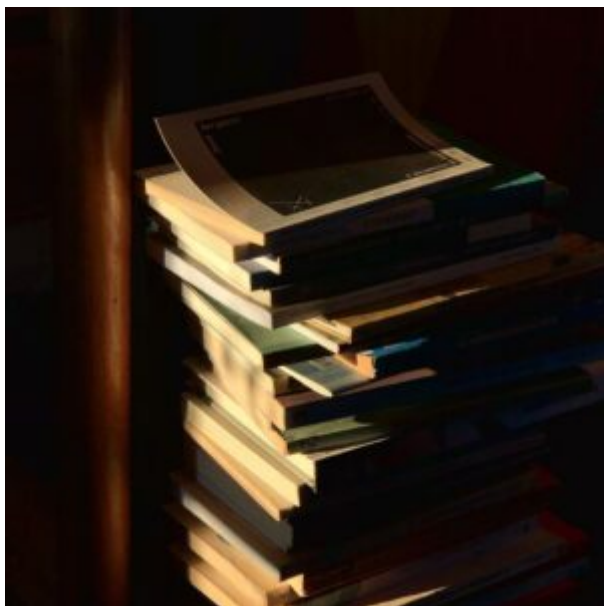


Institutos Federais



Claudia Shiedeck*

Falar de Institutos Federais é falar do direito básico à educação, do respeito à diversidade e do desenvolvimento com liberdade

“E, no entanto, também vivemos em um mundo com impressionantes escassez, miséria e opressão. Existem muitos problemas novos e antigos, incluindo a pobreza persistente e o não atendimento de necessidades elementares, cenários de carestia e de fome generalizada, a violação de liberdades políticas elementares, bem como de direitos básicos, a ampla negligência aos interesses e representação das mulheres e o agravamento de ameaças ao meio ambiente e à sustentabilidade das nossas vidas econômicas e sociais”.

(Amartya Kumar Sen) (SEN, 1999^[1])

Refletir sobre a educação profissional é também refletir sobre o sistema educacional brasileiro como um todo, pois a dualidade presente nas chamadas escolas técnicas também pode ser visualizada em outros níveis e modalidades.

Às famílias da elite econômica e intelectual brasileira é permitido colocar seus filhos em escolas de melhor qualidade e aos mais vulneráveis, pobres e afastados dos grandes centros urbanos apenas se disponibiliza aquilo que sobra do sistema: escolas sem condições, professores mal remunerados, infraestrutura precária, entre outros problemas críticos. Isto significa que falamos de uma lógica excludente que perpassa a educação de forma geral no Brasil, desde a educação básica até a superior, na escola pública ou privada (que tolera os pobres, quando imbuída de seu espírito altruísta, e lhes oferece uma bolsa de estudos que permite a eles ter o mesmo tipo de formação que os ricos). Essa racionalidade se constrói no senso comum de que todos teriam o mesmo ponto de partida, o mesmo incentivo e condições financeiras, o mesmo estímulo e a mesma alimentação, o mesmo tipo de cama para ter um sono reparador e o mesmo atendimento de saúde e, sendo assim, o acesso à educação dependeria unicamente do mérito individual do estudante e a permanência na escola seria fruto exclusivo da vontade pessoal e do desejo de ascender socialmente.

As histórias de superação que a mídia tradicional apresenta todos os dias acabam por se prestar a um desserviço, uma vez que estimulam a visão romantizada de que a mobilidade social é privativa do cada ser humano e que a ele se devem todos os sucessos ou fracassos. Se observarmos a evolução da educação profissional no Brasil, podemos perceber as falácias de raciocínios como esse.

De 2003 a 2016, sob os governos Lula e Dilma, a Educação Profissional se transformou e revolucionou o cenário educacional brasileiro. A criação dos Institutos Federais (IFs) e a expansão da Rede Federal trouxe novas perspectivas para a sociedade brasileira, levando para o interior do país ensino médio integrado ao técnico, gratuito e de qualidade, assim como o tão sonhado ensino superior das 'federais'. Para muitas das famílias que hoje tem seus filhos em instituições como essas, essa é talvez a única chance de qualificação e, possivelmente, de mobilidade social, que elas terão. As histórias de transformação são inúmeras e emocionantes. E é por essas histórias e pelo que elas representam que precisamos falar sobre a Educação Profissional e os Institutos Federais.

A Educação Profissional no Brasil

O debate sobre o sistema de educação profissional brasileiro e sua relação com o mundo do trabalho, assim como a discussão sobre a função e a responsabilidade de outras modalidades educacionais no país, esteve permeado, ao longo de sua história, pela argumentação da atribuição de responsabilidade (estado versus setor privado) bem como pela função a ele conferido (treinamento para o mundo do trabalho versus formação para a cidadania), possuindo raízes históricas e sociais que correm em paralelo ao desenvolvimento do próprio país (MOURA, 2016; RAMOS, 2014).

A concepção sobre a necessidade de formação específica para o trabalho surge no Brasil através da Lei 7566/1909, com a criação das primeiras dezenove escolas de aprendizes e artífices e com função específica de atender aos mais vulneráveis socialmente. Percebe-se na justificativa inicial da referida lei a dualidade que vai marcar esta modalidade ao longo de sua história.